

Critérios de elegibilidade para acesso a pagamentos por resultados de REDD+

Propostas das instituições coordenadoras da CCT-CDRNR

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Brasília, 15 de fevereiro de 2017

Mandato

Decreto nº 8.576/2017 determinou que a CONAREDD+ deve estabelecer critérios para:

“a) a elegibilidade para acesso a pagamentos por resultados REDD+ alcançados pelo País e reconhecidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;”.

Objetivos dos Critérios

- Assegurar capacidade institucional e compromisso político das entidades habilitadas;
- Prover transparência com relação à:
 - atuação da entidade interessada;
 - respeito às salvaguardas de REDD+;
 - atuação na implementação dos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento;
 - atuação na implementação do Código Florestal;
 - atuação na implementação do Plano ABC;
 - aplicação de sanções referentes a áreas desmatadas sem autorização; e
 - execução de projetos financiados com recursos do Fundo Amazônia pelas entidades interessadas.

Linha e justificativa

Linha: Atuação da entidade interessada

Justificativa: Assegurar que somente entidades capazes de comprovar atuação que contribua para a obtenção e a permanência de resultados de REDD+.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais e Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Atuação da entidade interessada	A entidade tem atuação relacionada a REDD+? - ordenamento jurídico; - estrutura de gestão; - destinação de recursos	<ul style="list-style-type: none">• Lei, decreto ou instrumento jurídico• Demonstrativos orçamentários ou de execução

Linha e justificativa

Linha: Salvaguardas de REDD+

Justificativa: Assegurar que compromisso com o cumprimento das salvaguardas e com a disponibilização das informações relevantes.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais e Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Salvaguardas de REDD+	Atualização das informações referentes ao cumprimento das salvaguardas de REDD+.	<ul style="list-style-type: none">• Sistema de Informação sobre Salvaguardas

Linha e justificativa

Linha: Implementação dos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento

Justificativa: Assegurar que compromisso pela implementação e atualização periódica dos planos. Além disso, a disponibilização de informações atualizadas sobre o monitoramento das políticas que compõe os planos deve contribuir para que haja alinhamento e sinergia entre ações federais e estaduais.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD)	Dispor de PPCDs atualizado (nos últimos 24 meses) Relatórios anuais de monitoramento com indicadores de resultados disponíveis	<ul style="list-style-type: none">• Planos Estaduais atualizados• Relatórios anuais

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento	Ser uma entidade que contribui diretamente para o (PPCDAm); Estar em dia com o monitoramento do Plano	<ul style="list-style-type: none">• Relatório de Monitoramento do PPCDAm

Linha e justificativa

Linha: Implementação do Código Florestal

Justificativa: Contribuir para a meta de “*fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal*” estabelecida na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Implementação do Código Florestal	<p>Integração ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) de dados e informações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">• análise do CAR;• regularização ambiental dos imóveis rurais;• autorizações de manejo florestal;• autorizações de supressão	<ul style="list-style-type: none">• Relatórios do SICAR
Implementação do Código Florestal	<p>Programa de Regularização Ambiental (PRA) instituído.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Ato normativo instituindo o PRA

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Implementação do Código Florestal	Dados e informações disponíveis sobre: <ul style="list-style-type: none">• análise do CAR;• regularização ambiental dos imóveis rurais;• autorizações de manejo florestal;• autorizações de supressão	<ul style="list-style-type: none">• Relatórios do SICAR• Sites do Ibama, ICMBio, SFB e outros

Linha e justificativa

Linha: Plano ABC

Justificativa: Contribuir para a implementação do Plano ABC, componente da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da NDC, nas esferas federal e estadual, visando promover a adoção de práticas mais sustentáveis no setor.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Plano Estadual ABC	Dispor de plano e/ou estratégia estadual para apoiar a implementação do Plano ABC no Estado.	<ul style="list-style-type: none">• Documento instituindo o Plano Estadual ABC (ou equivalente)

Entidades Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Plano ABC	Disponibilizar informações sobre a implementação do Plano ABC.	<ul style="list-style-type: none">• Relatórios de monitoramento do Plano ABC

Linha e justificativa

Linha: Aplicação de sanções referentes a áreas desmatadas sem autorização

Justificativa: Assegurar compromisso pela aplicação das sanções legais e pela disponibilização das informações relevantes.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Aplicação de sanções referentes a áreas desmatadas sem autorização	Ao menos 20% da área desmatada sem autorização do Estado nos últimos 3 anos foi objeto de autuação.	<ul style="list-style-type: none">• Dados disponibilizados pelo OEMA, em coordenação com o Ibama.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Aplicação de sanções referentes a áreas desmatadas sem autorização	Disponibilizar informações sobre resultados de fiscalização na Amazônia.	<ul style="list-style-type: none">• Site do Ibama

Linha e justificativa

Linha: Execução de projetos do Fundo Amazônia

Justificativa: Garantir que as interessadas tenham efetivamente capacidade para a implementação dos futuros acordos de pagamentos por resultados.

Critérios de Elegibilidade Propostos

Entidades Estaduais e Federais

Linha	Critério de elegibilidade	Meios de Verificação
Execução de projetos do Fundo Amazônia	Execução financeira satisfatória	<ul style="list-style-type: none">• Informações do Fundo Amazônia

Procedimentos

- Entidade interessada encaminha documentação à Secretaria Executiva (SE) da CONAREDD+ (MMA)



- SE tem 60 dias para analisar pleito (podendo pedir complementação com prazo de resposta de 10 dias)



- CONAREDD+ recebe parecer da SE sobre o pleito e delibera sobre a elegibilidade

Procedimentos

- Entidades elegíveis poderão indicar entidade para apoiá-la no processo de captação
- CONAREDD+, com apoio da CCT-CDRNR, define critérios financeiros e fiduciários para a habilitação dessas entidades